

# **El Paso SPE Participações S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2018 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Brasil Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da  
El Paso SPE Participações S.A.

### **Opinião com ressalva**

Examinamos as demonstrações financeiras da El Paso SPE Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido negativo e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderiam advir do item a) e pelos efeitos dos demais assuntos mencionados na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da El Paso SPE Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião com ressalva**

- a) Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou saldo registrado de ágio no montante de R\$42.367 mil decorrentes da aquisição de participação na controlada em conjunto El Camino Foods S.A.. Para sustentar a avaliação quanto à existência ou não da necessidade de provisão para recuperação desse ágio, a Administração preparou análise do valor recuperável com base em projeções que ensejam premissas futuras, sob as quais possuem premissas econômicas e esforços operacionais que, considerando o histórico recente da Companhia e o próprio exercício de 2018, dependem de fatores não controláveis pela Companhia. Assim, não foi possível obter evidência de auditoria suficiente sobre essas premissas e, portanto, sobre a necessidade e montante da provisão para redução ao valor recuperável daqueles ativos de longo prazo.
- b) Para fins de comparabilidade das demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou saldo a pagar no montante de R\$2.549 mil na rubrica "Adiantamentos de investida". Entretanto, em 31 de dezembro de 2018, esse saldo foi transferido para a rubrica "Investimentos" no ativo não circulante, pois refere-se à remuneração mínima distribuída pela controlada em conjunto para certos acionistas e outros gastos, conforme descrito na nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras, os quais não serão reembolsados pela Companhia. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2017, as rubricas de "Investimentos" no ativo não circulante e "Adiantamento de investida" no passivo não circulante estão a maior estão sendo apresentadas a maior no referido montante.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

- c) Para fins de comparabilidade das demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou saldo a receber no montante de R\$1.022 mil na rubrica "Outros ativos". Entretanto, em 31 de dezembro de 2018, esse saldo foi transferido para a rubrica "Transações com acionistas" no patrimônio líquido, pois refere-se à remuneração mínima de certos acionistas, conforme descrito na nota explicativa nº 12.c) às demonstrações financeiras, a qual não será reembolsada para a Companhia. Conseqüentemente, as rubricas "Transações entre acionistas" nas mutações do patrimônio líquido e "Adiantamento a acionistas" no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, respectivamente, estão sendo apresentadas a maior no referido montante.
- d) A controlada em conjunto da Companhia registrou imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa gerados no ano corrente e em anos anteriores, no montante de R\$9.336 mil, muito embora não exista histórico recente de lucro tributável e projeções futuras que suporte tal registro. Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2018, o saldo de investimentos e resultado de equivalência patrimonial considerando sua participação nessa investida estão a maior em R\$5.508.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

## **Ênfase**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, a Administração de sua Controlada em conjunto iniciou a execução de plano de reestruturação de suas operações a fim de adaptá-las às circunstâncias atuais e previstas para os mercados em que atua. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## **Outros assuntos**

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 10 de julho de 2018 com opinião com ressalva relacionada à limitação de escopo sobre ajustes registrados no exercício de 2016, no montante total de R\$1.800 mil, efetuados como "Outras movimentações" na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

## **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada em conjunto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de agosto de 2019

DELOITTE BRASIL  
Auditores Independentes Ltda.



Roberto Torres dos Santos  
Contador  
CRC nº 1 SP 219663/O-7

EL PASO SPE PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	9	201	22	Fornecedores		3	3
Impostos a recuperar		8	8	Outros passivos		-	166
Outros ativos		-	174	Total do passivo circulante		3	169
Total do ativo circulante		209	204				
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Outros ativos		-	848	Adiantamentos de investida	11	-	2.549
Investimentos	10	26.186	29.929	Total do passivo não circulante		-	2.549
Total do ativo não circulante		26.186	30.777				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	12 a)	45.105	45.105
				Reservas de capital		291	291
				Transações com acionistas	12 c)	(1.590)	-
				Prejuízos acumulados		(17.414)	(17.133)
				Patrimônio líquido		26.392	28.263
TOTAL DO ATIVO		<u>26.395</u>	<u>30.981</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>26.395</u>	<u>30.981</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EL PASO SPE PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

---

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Despesas administrativas		(28)	(82)
Outras despesas operacionais		(125)	-
Resultado de equivalência patrimonial	10	<u>(128)</u>	<u>(3.801)</u>
Prejuízo antes do resultado financeiro		(281)	(3.883)
Despesas financeiras		-	(170)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(281)</u>	<u>(4.053)</u>
Imposto de renda e contribuição social	13	<u>-</u>	<u>-</u>
Prejuízo do exercício		<u>(281)</u>	<u>(4.053)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EL PASO SPE PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

---

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prejuízo do exercício	(281)	(4.053)
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES	<u>(281)</u>	<u>(4.053)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EL PASO SPE PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

---

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva</u>	<u>Transações com acionistas</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total patrimônio líquido</u>
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		45.105	-	-	(13.080)	32.025
Prejuízo do exercício		-	-	-	(4.053)	(4.053)
Outras movimentações		-	291	-	-	291
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>45.105</u>	<u>291</u>	<u>-</u>	<u>(17.133)</u>	<u>28.263</u>
Prejuízo do exercício		-	-	-	(281)	(281)
Transações com acionistas	12 c)	-	-	(1.590)	-	(1.590)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>45.105</u>	<u>291</u>	<u>(1.590)</u>	<u>(17.414)</u>	<u>26.392</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EL PASO SPE PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017  
(Em milhares de reais - R\$)

---

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(281)	(4.053)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Resultado de equivalência patrimonial	10	128	3.801
Reversão (realização) do valor justo das debêntures		-	170
VARIAÇÃO NOS ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS			
Outros ativos		-	(653)
Fornecedores		-	1
Outros passivos		(166)	105
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		<u>(319)</u>	<u>(629)</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Transações com acionistas		1.066	649
FLUXO DE CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		<u>1.066</u>	<u>649</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Transações com acionistas		(568)	-
FLUXO DE CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		<u>(568)</u>	<u>-</u>
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		179	20
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		22	2
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		201	22

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

## EL PASO SPE PARTICIPAÇÕES S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Valores em milhares de reais – R\$)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A El Paso Spe Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada à Rua Paes Leme 524, 16º andar, conjunto 166, sala B, CEP 05.424-907, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, que tem por objeto social a participação em outras sociedades, na forma de quotista ou acionista.

A Companhia foi constituída em 17 de outubro de 2013, com o propósito de realizar o investimento na El Camino Foods S.A., empresa que possui como atividade preponderante a exploração de rede de restaurantes sob a marca "Sí Señor!", dedicado a culinária "Tex-Mex".

#### 2. RELAÇÃO DE INVESTIDAS

Abaixo apresentamos a relação de investidas da Companhia:

<u>Controlada em conjunto</u>	<u>Participação</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
El Camino Foods S.A.	Direta	59%	59%

Em 31 de dezembro de 2018, a investida apresentava uma posição de capital circulante líquido negativo no individual e consolidado no montantes de R\$25.169 e R\$25.719, respectivamente (R\$16.034 e R\$16.558 negativo em 31 de dezembro de 2017, respectivamente), fluxo de caixa operacional positivo no individual e consolidado de R\$10.015 e R\$10.744, respectivamente (R\$202 e R\$484 negativo em 31 de dezembro de 2017, respectivamente), prejuízo de R\$216 (R\$6.443 em 31 de dezembro de 2017), bem como patrimônio líquido negativo de R\$27.475 (R\$21.132 negativo em 31 de dezembro de 2017).

A situação financeira da investida foi agravada devido à crise prolongada na economia brasileira nos últimos anos, exigindo da Administração medidas enérgicas de reestruturação devido aos constantes prejuízos apresentados pela mesma.

O processo de reestruturação da investida começou em meados de 2018 com a troca da diretoria financeira e desenvolvimento imediato de um plano de reestruturação com base em quatro pilares: (i) estabilidade financeira, (ii) melhoria de eficiência no processo de compras e transformação dos produtos, (iii) reestruturação organizacional e de loja e (iv) iniciativas de redução de custos fixos.

Impulsionada pela melhoria nos resultados de 2018, em comparação com 2017, a Administração da investida desenvolveu um orçamento para 2019 em linha o plano de reestruturação previamente desenvolvido e focado em iniciativas objetivas e sob o controle da Administração.

Dentre as principais iniciativas estão:

- i) Aumento do foco para vendas via "Delivery": a investida firmou acordo com uma das principais empresas do mercado, se tornando um "key account" e em conjunto desenvolveu um plano para crescimento de suas vendas via "delivery" impulsionado por campanhas de marketing.

- ii) Renegociação com fornecedores e troca do operador logístico: dentro das iniciativas para redução de custos, a Administração renegociou contratos com menores preços e melhores condições de pagamento.
- iii) Reorganização da estrutura administrativa e operacional: a investida avaliou sua estrutura administrativa, com revisão e automação de processos, gerando assim uma redução do quadro de funcionários. Adicionalmente, houve uma revisão também na estrutura de funcionários nas lojas, com a contratação de estagiários da área de gastronomia.
- iv) Campanhas de marketing e treinamento da equipe: a investida além de focar em campanhas de marketing em mídias sociais, também vem treinando seus funcionários visando aumento significativo de vendas.

Além das iniciativas mencionadas anteriormente, a investida pode vir a obter suporte financeiro adicional de seus acionistas visando melhoria financeira, operacional e continuidade das operações.

### 3. BASE DE PREPARAÇÃO

#### a) Declaração de conformidade às normas do CPC

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na legislação societária, abrangendo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e de suas controladas em conjunto em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. Para fins dessas demonstrações financeiras, a Administração considerou sua capacidade de geração de caixa e eventual suporte financeiro de seus controladores, caso necessário, e concluiu sobre a capacidade da Companhia e de suas controladas em dar continuidade às suas atividades nos próximos 12 meses.

A Administração declara que todas as informações relevantes apresentadas nestas demonstrações financeiras e, somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 09 de agosto de 2019.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são as seguintes:

### 4. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

Todas as informações financeiras apresentadas em R\$ foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 5. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

## 6. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico.

## 7. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as práticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

### a) Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia são registradas de acordo com o regime de competência e compreendem basicamente:

- Despesas de juros e multa sobre tributos vencidos e não pagos.

### b) Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

#### Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto de renda é constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. Os saldos são reconhecidos no resultado da Companhia pelo regime de competência.

#### Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

c) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Estão classificados nas seguintes categorias específicas: (a) custo amortizado (b) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (c) valor justo por meio do resultado.

a) Custo amortizado

Um ativo financeiro deve ser mensurado a custo amortizado se o objetivo do modelo de negócio é manter os ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais até o final do contrato, constituídos exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

b) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Ativos financeiros deve ser mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, caso o objetivo do modelo de negócios é atingido ao receber os fluxos de caixa contratuais esperados e vender os ativos financeiros, compostos exclusivamente, de pagamentos de principal e juros, quanto pela venda de ativos financeiros.

c) Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado, caso não se enquadrem nas categorias de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

### Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como: (a) passivos financeiros ao custo amortizado; e (b) valor justo por meio do resultado.

#### a) Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros classificados como ao custo amortizado são aqueles cujo os fluxos de caixa contratuais são, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente.

#### b) Valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros classificados como ao valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa e fornecedores.

#### (i) Ativos e passivos financeiros - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece instrumentos financeiros inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Administração da Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2: "inputs", exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: "inputs", para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Administração da Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 14.

(ii) Capital Social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32.

d) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

O investimento da Companhia em coligada contabilizado pelo método da equivalência patrimonial compreende sua participação em empreendimento controlado em conjunto (joint ventures). Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite à Companhia controle compartilhado da entidade e dá à Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

e) Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

#### *Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*

A Administração considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Administração utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Administração considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados.

Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

#### *Investida contabilizada pelo método da equivalência patrimonial*

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"). O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A Companhia não possui nenhum processo judicial ou administrativo ativo.

8. ADOÇÃO DE NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

Adoção de normas revisadas

No ano corrente, a Companhia aplicou alterações e novas normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, cuja aplicação é obrigatória para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018.

a) Impacto decorrente da adoção inicial do CPC 48 (Alterações à IFRS 9) - Instrumentos Financeiros

CPC 48 - Instrumentos Financeiros substitui o CPC 38 para períodos iniciados a partir de 1 de janeiro de 2018, introduz novas exigências para a classificação de ativos financeiros que depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros; define um novo modelo de contabilização de perdas por redução no valor recuperável e um reconhecimento mais efetivo e introduz um novo padrão de hedge accounting e teste de impairment com maior divulgação sobre a atividade de gestão de risco. O novo modelo de hedge accounting representa uma revisão significativa da política e alinha o tratamento contábil com as atividades de gerenciamento de risco. O CPC 48 também remove a volatilidade no resultado causada por mudanças no risco de crédito dos passivos determinados para serem mensurados pelo valor justo.

A Companhia aplicou o CPC 48 - Instrumentos Financeiros na data efetiva, sem atualização das informações comparativas para o período iniciado em 1º de janeiro de 2017. Consequentemente, a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros para os períodos comparativos seguem os requisitos previstos no CPC 38. A Companhia avaliou o impacto e concluiu que o CPC 48 - Instrumentos Financeiros não tem impacto relevante em sua posição financeira, desempenho financeiro ou atividades de gerenciamento de risco.

b) Impacto decorrente da adoção do CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contratos com Clientes

No exercício corrente, sua controlada em conjunto adotou o CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contratos com Clientes (conforme alterada em abril de 2016) em vigor para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. O CPC 47 introduziu uma abordagem de reconhecimento de receitas composta por cinco passos.

A controlada em conjunto da Companhia (El Camino) adotou o CPC 47 utilizando o método de adoção retrospectivo modificado e identificou que os critérios de reconhecimento e mensuração não foram substancialmente alterados e a adoção dessa norma a partir de 1º de janeiro de 2018 não apresentou impacto relevante.

Novas normas e interpretações revisadas e ainda não efetivas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 16/ CPC 06 (R2)- Arrendamento Mercantil (Vigência a partir de 01/01/2019)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019, sendo que a Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma sobre as demonstrações financeiras.

#### Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individual e consolidada da Companhia.

- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### 9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Aplicações financeiras	<u>201</u>	<u>22</u>
	<u>201</u>	<u>22</u>

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa são consideradas ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras da Companhia são aplicações automáticas denominadas em Reais com taxas de remuneração até 99,25% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) dependendo do prazo pelo qual os recursos são mantidos aplicados.

#### 10. INVESTIMENTOS

##### Controlada em conjunto

##### *El Camino Foods S.A.*

A El Camino Foods S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada à Rua Paes Leme 524, 16º andar, CEP 05.424-907, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, que tem por objeto social a exploração de atividades de gestão e operação de rede de restaurantes, produção de alimentos pré-preparados para restaurantes e similares, produção de produtos de panificação industrial, comércio atacadista e varejista de produtos de fabricação própria, cozinha industrial e serviços de buffet. A El Camino Foods S.A. também poderá adquirir participações societárias, na forma de quotista ou acionista.

A El Camino Foods S.A. é uma companhia controlada em conjunto que em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 possuía como acionistas a El Camino Participações e Negócios Ltda. com 41% das ações totais da Companhia, e a El Paso SPE Participações S.A., que possuía 59% das ações totais da Companhia. O acordo de acionistas determina que enquanto um único acionista não detiver ações ordinárias com direito a voto representando ao menos 60% do capital social votante, o Conselho de Administração será composto por quatro membros, sendo dois indicados pela El Camino Participações e Negócios Ltda. e dois indicados pela El Paso SPE Participações S.A.

O saldo do investimento em controlada em conjunto em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 26.186 (R\$ 29.929 em 2017).

a) Principais saldos sobre a participação em controlada em conjunto:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Participação direta	59%	59%
Saldos patrimoniais:		
Ativos circulantes	5.587	6.513
Ativos não circulantes	16.296	16.619
Total de ativos	22.133	23.132
Passivos circulantes	31.556	23.035
Passivos não circulantes	18.052	21.229
Total de passivos	49.608	44.264
Patrimônio líquido negativo	(27.475)	(21.132)
Saldos de resultado do exercício:		
Receitas	85.394	86.868
Custos e despesas	(84.350)	(88.047)
Prejuízo no exercício	(216)	(6.443)
Equivalência patrimonial	(128)	(3.801)

b) Composição dos saldos

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Participação no patrimônio líquido da controlada em conjunto	(16.211)	(12.468)
Ágio	42.397	42.397
	<u>26.186</u>	<u>29.929</u>

c) Movimentação dos saldos

Saldo em 1º de janeiro de 2017	31.964
Reversão de provisão para redução ao valor recuperável	1.475
Equivalência reflexa do PL de investida	291
Resultado de equivalência patrimonial	(3.801)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>29.929</u>
Transações com acionistas	(3.615)
Resultado de equivalência patrimonial	(128)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u><u>26.186</u></u>

## 11. ADIANTAMENTOS DE INVESTIDA

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Adiantamentos de investida	-	2.549
	<u>-</u>	<u>2.549</u>

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia mantinha saldo de R\$ 2.549 referente a recebimento de adiantamentos da El Camino Foods S.A. e durante o exercício de 2018 recebeu o montante adicional de R\$ 767, que somando a outras obrigações assumidas por conta de despesas de responsabilidade da Companhia pagas pela investida, totalizou o montante de R\$ 3.615 cujo total foi registrado como parte integrante do saldo da conta "passivo a descoberto de controlada", conforme demonstrado na movimentação do investimento (Nota 10b).

## 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, é de R\$ 45.105, dividido em 45.105.000 (quarenta e cinco milhões, cento e cinco mil) ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, pertencentes aos seguintes acionistas:

	<u>Ordinárias</u>	<u>Capital</u>	<u>Participação</u>
El Paso Fundo de Investimento em Participações	45.105.000	45.105	100,00%
	<u>45.105.000</u>	<u>45.105</u>	<u>100,00%</u>

Os controladores finais da Companhia são: Peterson Partners (39,9%), Twister (Goldfarb FO, 16,8%), Jair Coser (16,4%), e outros minoritários (26,9%).

### b) Reservas

#### Reserva legal

De acordo com o Estatuto Social da Companhia e a Lei das Sociedades por Ações, é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.

### c) Remuneração aos acionistas

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo anual não cumulativo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, para as ações preferenciais.

Não houve pagamento de dividendos nos anos de 2018 e 2017 em razão da existência de prejuízos acumulados em ambos os exercícios, entretanto, um acordo entre acionistas prevê remuneração mínima aos mesmos, sendo que durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o valor total foi de R\$ 568. Devido a Companhia possuir prejuízo acumulado, tal remuneração foi registrada na rubrica de "Transações com acionistas" no patrimônio líquido e seu saldo acumulado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 1.590

### d) Gerenciamento do capital

O principal objetivo da Companhia é o de salvaguardar a sua capacidade de continuidade operacional a fim de maximizar o retorno aos seus acionistas e beneficiar aos seus *stakeholders*, além de manter uma estrutura de capital adequada para minimizar este risco.

Para manter ou ajustar sua estrutura do capital, a administração da Companhia avalia as políticas de pagamento de dividendos ou, ainda, formas de remunerar o capital aos acionistas.

A Companhia monitora o capital usando um índice de balanço, endividamento líquido, projeções de resultados e fluxos de caixa.

## 13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da taxa efetiva

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(281)	(4.053)
Alíquota oficial combinada de imposto e contribuição - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social	95	1.378
Imposto de renda diferido não reconhecido no exercício	(52)	(86)
Resultado de equivalência patrimonial	<u>(43)</u>	<u>(1.292)</u>
Resultado imposto de renda e contribuição social	<u>-</u>	<u>-</u>

## 14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

As operações com instrumentos financeiros estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa e fornecedores.

A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia e sua controlada efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente.

## (i) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	<u>31/12/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Ativos financeiros - mensurados pelo custo amortizado				
Aplicações financeiras	<u>201</u>	<u>201</u>	<u>22</u>	<u>22</u>
	<u>201</u>	<u>201</u>	<u>22</u>	<u>22</u>
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Fornecedores	<u>3</u>	<u>3</u>	<u>3</u>	<u>3</u>
	<u>3</u>	<u>3</u>	<u>3</u>	<u>3</u>

## (ii) Gerenciamento dos riscos financeiros

A atividade da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: riscos de liquidez e riscos de mercado (incluindo risco de taxa de juros), conforme descrito a seguir:

a) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito bancárias e capacidade de liquidar posições de mercado. A Companhia, em virtude da natureza dinâmica dos seus negócios, mantém flexibilidade na captação de recursos mediante a manutenção de linhas de crédito bancárias.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e, caixa e equivalentes de caixa. Além disso, a política de gestão de liquidez da Companhia envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte, 31 de dezembro de 2018. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	<u>Valor contábil</u>	<u>Fluxo de pagamentos futuros</u>	<u>em até 12 meses</u>
Passivos financeiros não derivativos			
Fornecedores	<u>3</u>	<u>3</u>	<u>3</u>
	<u>3</u>	<u>3</u>	<u>3</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

b) Risco de mercado (taxas de juros)

A Companhia possui aplicações financeiras de renda fixa remuneradas a taxa de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A Companhia está exposta as variações na taxa de CDI que é aplicada sobre suas aplicações financeiras.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia na data das demonstrações financeiras era:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Instrumentos de taxa variável		
Ativos Financeiros		
Aplicações financeiras	<u>201</u>	<u>22</u>
Total instrumentos taxa variável	<u>201</u>	<u>22</u>

*Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável*

A análise de sensibilidade levou em consideração os parcelamentos de tributos que são atualizados pela taxa Selic e as aplicações financeiras remuneradas pelo CDI.

Um aumento de 1%, ou 100 pontos básicos, nas taxas de juros anuais CDI na data das demonstrações financeiras teria diminuído o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes demonstrados abaixo:

Análise de sensibilidade em 31 de dezembro de 2018 sobre instrumentos a taxa variável	Aumento da taxa CDI em	Impacto no Resultado e Patrimônio - 31/12/18
Aumento / (Redução)	1,0%	2

Uma diminuição de 1%, ou 100 pontos básicos, nas taxas de juros anuais CDI na data das demonstrações financeiras teria o efeito inverso no patrimônio e resultado do exercício.

*Análise de sensibilidade*

A Administração não prevê impacto relevante no resultado da Companhia resultante de oscilações nas taxas de juros.

**15. PARTES RELACIONADAS**

Os saldos oriundos de transações com partes relacionadas estão detalhados na nota explicativa 11. Adicionalmente, não houve remuneração aos Administradores em 2018 e 2017.